



JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025140401

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025 - SEMED

JUSTIFICATIVA INTERESSADO: **MUNICÍPIO DE PRAINHA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Trata-se a presente, de justificativa visando fundamentar a realização de Chamada Pública para Credenciamento, para **Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito dos 30% destinados a agricultura familiar de Prainha, durante o ano letivo de 2025, nos moldes da LEI Nº 11.947 de 16/06/2009 e Resolução/CD/FNDE Nº 26 DE 17/06/2013, conforme especificações contidas no Termo de Referência, nos moldes da LEI Nº 11.947 DE 16/06/2009 e RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26 DE 17/06/2013.**

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 74, inciso 4º, bem como artigos 78 e 79, inciso I, traz a possibilidade de credenciamento na modalidade inexigibilidade, in verbis:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:

I - Credenciamento;

[...];

O credenciamento, na nova Lei de licitações e Contratos, artigo 6º, inciso XLIII, é tido como “processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados



em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credencie no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.”

Dessa forma, entendeu Jorge Ulisses Jacoby (Coleção de Direito Público. 2008. Pag. 538):
“Se a Administração Pública convoca todos os profissionais de determinado setor, dispondo-se a contratar os que tiverem interesse e que satisfaçam os requisitos estabelecidos, ela própria fixando valor que se dispõe a pagar, os possíveis licitantes não competirão, estrito sentido da palavra, inviabilizando a competição, uma vez que a todos foi assegurada à contratação”

Em seu artigo 79, a Lei em comento, também prevê a o Credenciamento nas seguintes hipóteses:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

(...)

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

(...)

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

(...)

Portanto, o sistema de credenciamento é um conjunto de procedimentos por meio dos quais a Administração credencia, mediante chamamento público, todos os prestadores aptos e interessados em realizar determinados serviços, quando o interesse público for melhor atendido com a contratação do maior número possível de prestadores simultâneos, ou seja, não há possibilidade de competição, pois



todos podem ser contratados pela Administração, uma vez que o credenciamento envolve uma espécie de cadastro, onde o sujeito obtém a inscrição de seu nome no referido cadastro.

Por derradeiro, justifica-se a inviabilidade de competição, tendo em vista que o credenciamento exclui o processo licitatório previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, não havendo necessidade de se ter exclusividade de um ou outro, mas por todos os interessados, mediante a contratação do maior número possível de prestadores/fornecedores, que atendam os requisitos mínimos para o credenciamento.

Prainha/PA, 16 de abril de 2025.

Adeilza Jardim da Silva
Agente de Contratação
Portaria nº 14/2025-PMP/GP